

A área financeira e o governo

por Vilma Netto Moreno

Após meticulosa auto-análise, o setor financeiro não encontrou pecados a redimir. Suas eventuais falhas, bem como seus altos lucros, derivam, fundamentalmente, da ação governamental, seja através da própria política econômico-finan-

ceira, seja por meio da irrefreável estatização das finanças. Os participantes do grupo que analisou o setor financeiro concluíram seu trabalho constatando que o setor, hoje, não vê razões para comemorar sua alta rentabilidade, pois a ela está atrelado o crescimento de seus riscos, refletido na evolução da conta "créditos em liquidação" dos balanços das várias instituições.

"O que depende de reforma não é o sistema financeiro privado, mas, sim, o comportamento financeiro do governo, que convulsiona toda a economia", sintetizou Geraldo Camargo Vidigal, consultor geral da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Frebabam). "O setor privado", garantiu, "é a ponta mais eficiente e mais útil dentro de toda esta convulsão."

O aumento da participação estatal nas finanças, através da limitação quantitativa imposta à expansão do crédito bancário, do aumento do recolhimento compulsório, do direcionamento do crédito subsidiado e da avassaladora captação pelo Estado no mercado aberto, não só fixou a níveis elevados os patamares de remunera-



Geraldo de Camargo Vidigal

ção do dinheiro, como também gerou sua escassez e o conseqüente encarecimento nas operações de empréstimo ao setor privado. "Aí reside a origem das grandes dificuldades financeiras para as empresas e o aumento dos índices de desemprego, pelo desestímulo aos investimentos", constatou Luiz Gonzaga Murat, diretor da Associação Brasileira dos Bancos de Investimento (Anbid).

Mais do que em qualquer outro setor da economia, é no setor financeiro que tem desaguado com impacto a falta de confiança de toda a coletividade na política governamental, caracterizada — segundo consenso do grupo —, pela sua descontinuidade, desarticulação e, mais grave do que isso, por uma seqüência de erros. "As sistemáticas alterações nas regras do jogo têm gerado nos investidores sérias dúvidas quanto ao direcionamento de sua poupança, contribuindo até para sua deseducação como poupadores", afirmou Rogério Bonfiglioli, diretor da Associação das Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi).

Ao rechaçar a necessidade de nova reforma bancária, o grupo considerou imperiosa a reordenação profunda do setor público. Mais do que isso, afirmou ser esta "uma precondição imprescindível para a redução das taxas de juros". Camargo Vidigal, ao resumir as opiniões, assinalou ser "crucial uma nova disciplina de planejamento do setor público, a começar pela unificação e dimensionamento dos orçamentos e reexame da estrutura tributária, amparados por um consenso nacional". Esta nova disciplina, destacou, "deveria ser imperiosa para o setor público e indicativa para o privado. Ou seja, exatamente o oposto do que ocorre hoje".

O setor financeiro ainda não encontrou definições quanto ao desenvolvimento de seus negócios nos próximos meses. Só seria possível prever tendências — "e encarar o futuro com otimismo" — diante da adoção, pelo governo, das medidas sugeridas. No "front" doméstico, pleiteou-se a eliminação das barreiras que represam a integração entre as instituições financeiras e as empresas do setor industrial e comercial. O incentivo ao desenvolvimento de novos instrumentos geradores de recursos às empresas também foi sugerido, entre eles o "factoring". Esses instrumentos, na opinião de todos, não devem ser prioritativos dos conglomerados financeiros.

SEGUROS

O mercado segurador, cuja performance está virtualmente atrelada ao desempenho da economia como um todo e, em especial, ao desenvolvimento da indústria e comércio, prevê com nitidez que enfrentará dificuldades na captação (arrecadação de prêmios) e aumento da sinistralidade nos próximos meses, segundo afirmou Octávio Cêzar do Nascimento, diretor da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização (Fenase). "Na melhor das hipóteses", garantiu, "o crescimento da indústria de seguros, neste ano, deverá igualar-se aos índices da inflação, registrando, portanto, um crescimento real zero." A exemplo do ano passado, os resultados industriais da atividade permanecerão negativos e os lucros, nos patamares de 1982.

O setor estima que sua rentabilidade, ao final do exercício, poderá reduzir-se em 2% em relação aos resultados do ano passado, embora o patrimônio líquido global do mercado possa elevar-se em 2%.